

**Título: MARGINAIS: DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE E
PERMANÊNCIA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS**

**Title: MARGINALS: SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH AND
PERMANENCE IN VULNERABLE TERRITORIES**

¹Naomi Tamima Estevam Cipriano, ²Giovane Lupin da Rosa, ³Flavia Cristina Ferreira, ⁴Tainá Behenck Borges, ⁵Guilherme dos Santos, ⁶Ana Lúcia Justino de Souza, ⁷Marcos Paulo Campos Assis, ⁸Cristiani Rocha Sardá de Martin, ⁹Alanis Daniel Florêncio

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil, naomiestevam@gmail.com.
<https://orcid.org/0009-00052-2732-9054>

² Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil, giovanelur@unescc.net.
<https://orcid.org/0009-0005-7538-9024>

³ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil, flaviacristina@unescc.net.
<https://orcid.org/0009-0006-7304-2393>

⁴ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil,
tainabehenckborges@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0006-7918-7358>

⁵ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil,
guilhermesantos.psi@outlook.com. <https://orcid.org/0009-0006-7577-9375>

⁶ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil, anajusstino@gmail.com.
<https://orcid.org/0000-0003-1920-4153>

⁷ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil, campos_pro@hotmail.com.
<https://orcid.org/0000-0001-5334-8885>

⁸ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil,
cristianidemartin@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2723-3253>

⁹ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil, alanisdf@outlook.com.
<https://orcid.org/0009-0006-6574-5515>

Autor correspondente: Naomi Tamima Estevam Cipriano

Endereço: Av. Universitária, 1106 – Criciúma SC

Telefone: 48 999209049

Email: naomiestevam@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo identificar os fatores psicossociais que influenciam o processo de fixação e permanência dos moradores no território da Estrada de Ferro e suas vivências associadas. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter descritivo-exploratório, e desenho do tipo narrativa, realizado em uma comunidade às margens de uma estrada de ferro de uma cidade do extremo sul catarinense, Brasil. Foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro semi-estruturado com quatro moradores da comunidade, nos meses de Junho e Julho de 2024. Os dados foram analisados mediante Análise de Conteúdo de Minayo, resultando em quatro categorias: “O caminho até aqui”, “Estigma e pertencimento”, “Presença da força policial no território”, e “Carência de iniciativas governamentais”. Evidenciou-se que o crescimento populacional e as desigualdades sociais têm causado a expansão de comunidades periféricas e marginalizadas em áreas precárias, através da especulação imobiliária e a ausência de políticas públicas eficazes. Além disso, existe um estigma sobre a população pertencente a estas comunidades, marginalizando-os e dificultando sua inclusão social. Ademais, a presença da força policial nas periferias é percebida de maneira negativa pelos moradores, sendo associada a violência.

Palavras-chave: Marginalização Social. Determinantes Sociais de Saúde. Poder de Polícia. Pertencimento

Abstract

This research aimed to identify the psychosocial factors that influence the process of settlement and permanence of residents in the Estrada de Ferro territory and their associated experiences. This is a qualitative study of a descriptive-exploratory nature, with a narrative design, carried out in a community on the banks of a railway in a city in the extreme south of Santa Catarina, Brazil. Interviews were carried out using a semi-structured script with four residents of the community, in the months of June and July 2024. The data was analyzed using Minayo Content Analysis, resulting in four categories: “The path to here”, “ Stigma and belonging”, “Presence of the police force in the territory”, and “Lack of government initiatives”. It was evident that population growth and social inequalities have caused the expansion of peripheral and marginalized communities in precarious areas, through real estate speculation and the absence of effective public policies. Furthermore, there is a stigma on the population belonging to these communities, marginalizing them and hindering their social inclusion. Furthermore, the presence of the police force in the outskirts is perceived negatively by residents, being associated with violence.

Key words: Social Marginalization. Social Determinants of Health. Police Power. Belonging.

Introdução

Os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) têm várias definições, variando em complexidade, mas atualmente existe um entendimento generalizado de que as condições

de vida e trabalho de indivíduos ou grupos populacionais estão intrinsecamente ligadas ao estado de saúde. Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os DSS abrangem diversos fatores, incluindo sociais, culturais, étnicos ou raciais, comportamentais, psicológicos e econômicos, que influenciam a incidência de problemas de saúde e seus fatores de risco na sociedade. Por sua vez, a Comissão da Organização Mundial da Saúde (OMS) oferece uma definição mais sucinta, descrevendo os DSS como as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. Outros autores também destacam que a saúde pode ser impactada por ações baseadas em informações, enfatizando que as características sociais que moldam a vida cotidiana desempenham um papel fundamental ¹.

Os determinantes sociais e estruturais da saúde têm ganhado destaque devido à sua influência significativa na saúde de diversas populações. Recentemente, organizações focadas em saúde têm voltado sua atenção para as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, mediadas por determinantes sociais (como renda, educação, segurança e condições de moradia) e estruturais (como acesso a serviços de saúde, saneamento básico, ar limpo e ambientes saudáveis). Essas desigualdades impactam negativamente a saúde, especialmente entre populações marginalizadas. Há um debate crescente sobre como implementar ações eficazes para reduzir essas desigualdades e melhorar a saúde dessas comunidades ².

Em regiões marcadas por alta vulnerabilidade, a violência é intensificada por elementos como o tráfico de drogas e o acesso a armas, frequentemente associados a situações violentas e homicídios intencionais. Contudo, fatores contextuais mais amplos e menos evidentes, como os aspectos sociodemográficos e socioeconômicos, também desempenham um papel crucial. Estudos teóricos e empíricos indicam que características demográficas, como crescimento populacional, densidade e composição, estão intimamente ligadas a processos sociais, sendo necessárias análises que integrem esses elementos às dinâmicas populacionais ^{3,4}.

No Brasil, o aumento populacional é impulsionado por altas taxas de fecundidade e migração de áreas rurais e pobres para centros urbanos economicamente mais desenvolvidos, evidenciando desigualdades regionais. Os migrantes frequentemente enfrentam condições adversas, sendo direcionados ao trabalho informal e à ocupação de áreas periféricas menos valorizadas. Essas regiões, geralmente irregulares e construídas de forma improvisada pelos próprios moradores, carecem de infraestrutura e serviços

públicos, tornando-se acessíveis para populações em maior vulnerabilidade econômica. Assim, tais bairros concentram famílias de baixa renda, contrastando com os espaços urbanos mais estruturados e valorizados ^{5,6}.

Nesse contexto, o processo de metropolização no Brasil é marcado pela segregação, que isola grandes contingentes populacionais e gera impactos negativos nas relações comunitárias e na sociabilidade. Dessa forma, os fatores sociodemográficos estão profundamente conectados aos socioeconômicos. Embora a relação entre densidade e crescimento populacional possa ser explorada pela ecologia de oportunidades criminais, no Brasil e em países com características similares, os efeitos refletem, sobretudo, os modelos econômicos que sustentam o processo de metropolização ⁴. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar os fatores psicossociais que influenciam o processo de fixação e permanência dos moradores no território da Estrada de Ferro e suas vivências associadas. Os objetivos específicos deste estudo são, primeiramente, explorar a narrativa dos moradores quanto aos DSS no território e posteriormente descrever as vivências históricas dos indivíduos associados ao seu tempo de moradia na Estrada de Ferro.

Métodos

Este estudo qualitativo, exploratório e analítico, com desenho de pesquisa narrativa, foi conduzido entre julho e dezembro de 2024. O objetivo foi identificar os fatores psicossociais que moldam as perspectivas de vida dos moradores da Estrada de Ferro, explorando suas vivências e experiências. A pesquisa narrativa utiliza histórias de vida para compreender fenômenos específicos, valorizando o contexto de vida dos participantes e ampliando a compreensão sobre aspectos pouco explorados.

O estudo foi realizado no território conhecido como "Estrada de Ferro", no bairro Tereza Cristina, Criciúma/SC, um espaço marcado por vulnerabilidades sociais, como a ausência de saneamento básico, fornecimento irregular de energia elétrica e uma constante sensação de insegurança. Este território se formou durante a expansão econômica local, com a realocação de famílias que habitavam barracos próximos à linha férrea.

A seleção dos participantes ocorreu através da técnica de amostragem por bola de neve, de forma que foi-se iniciada com uma família chave, influente na comunidade, cuja indicou as demais famílias para participarem do estudo. Após esta indicação, foi realizado

contato com as famílias via Whatsapp explicando o teor da pesquisa, bem como os procedimentos que seriam realizados. Neste contexto também foram agendados os encontros presenciais onde iriam ocorrer as entrevistas, a partir das disponibilidades dos participantes.

Este procedimento resultou em quatro moradores permanentes da Estrada de Ferro, maiores de 18 anos e com residência fixa no local há pelo menos seis meses. Como critérios de exclusão utilizou-se aqueles com projeção de mudança para fora do território no próximo mês. A coleta deteve-se em 4 participantes seguindo o conceito de saturação de dados.

A coleta foi realizada no local, entre os meses de Junho e Julho de 2024, por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas, e registros de observações utilizando um software de gravação. O roteiro de entrevista incluía perguntas acerca da instalação dos participantes no território, bem como sua permanência e os aspectos de viver na comunidade, seus pontos positivos e negativos.

A análise dos dados buscou identificar elementos subjetivos comuns entre as narrativas, formando um corpus textual para interpretação. A sistematização das informações seguiu a proposta de registros escritos, tratando o qualitativo da realidade e considerando cada situação em particular, conforme 7.

Na fase de pré-análise, os dados foram transcritos em um documento no Google Docs, organizados e agrupados de acordo com cada pergunta do questionário. Na segunda etapa, a fase de exploração do material, foram realizadas as codificações dos dados por cada pesquisador do estudo e, posteriormente, realizado o voto de minerva para a definição das seguintes categorias: “O caminho até aqui”, “Estigma e pertencimento”, “Presença da força policial no território” e “Carência de iniciativas governamentais”.

Por fim, na terceira e última fase, a partir das categorias definidas, foi feita a interpretação do material que deu origem aos resultados e a discussão desta pesquisa. Para identificação das respostas de cada participante, foi utilizada a letra “E” seguida de um número de 1 a 4, a fim de garantir o anonimato dos quatro participantes.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESC (parecer nº 6.847.007, CAAE: 79793824.2.0000.0119), respeitando as Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Será utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para garantir a voluntariedade da participação e o respeito aos direitos dos participantes.

Resultados e Discussão

O caminho até aqui

Historicamente, a superexploração do trabalho em países periféricos tem sido utilizada como mecanismo para compensar a baixa produtividade dos países de ‘primeiro mundo’ e garantir a acumulação de capital nestes. A comparação das taxas de mais-valia ao longo do tempo revela essa relação, evidenciando a persistência de padrões de desigualdade no sistema capitalista global ⁸.

Barros, Henriques e Mendonça argumentam que, diferentemente de outros contextos mundiais de que a pobreza é causada principalmente pela escassez de recursos, no caso brasileiro a desigualdade na distribuição dos recursos se destaca como o principal fator determinante da pobreza ⁹. Ao concentrar a renda em poucas mãos, a economia perde dinamismo, prejudicando o bem-estar da maioria da população ⁸.

A pobreza é um fenômeno complexo que transcende a mera falta de dinheiro. Ela envolve questões relacionadas ao bem-estar, à qualidade de vida e ao acesso a direitos básicos, como saúde e educação. Se torna relevante ressaltar que a saúde mental é influenciada por diversos fatores, como condições socioeconômicas, estilo de vida, trabalho e experiências de vida. Pessoas em situação de pobreza, com baixa escolaridade e expostas a eventos traumáticos, como violência e discriminação, tendem a apresentar maiores riscos para problemas de saúde mental ^{10,11}.

Ao explicar um pouco sobre a pobreza, ressalta-se a importância de nomear periferia, que segundo D’Andrea (2020) ¹², a definição quantitativa de periferia se baseia na combinação de dois fatores: a desigualdade social, medida pela concentração de riqueza, e a desigualdade espacial, representada pela distância em relação aos centros urbanos e aos serviços essenciais. Além disso, cabe destacar que a maioria da população periférica e pobre é negra (pretos e pardos), sendo efeito do colonialismo ¹³.

Tais conceituações dialogam diretamente com a seguinte resposta de uma das entrevistadas:

“Meus filhos quase não vêm aqui e eles falam pra eu sair daqui. Vou sair daqui e vou morar onde? Embaixo da ponte.” (E3)

A exclusão social e a desigualdade são construções históricas que se perpetuam através de mecanismos institucionais e sociais. A falta de acesso a serviços básicos, a segregação espacial e a injustiça ocupacional são apenas algumas das manifestações

dessas desigualdades, que afetam profundamente a vida de milhões de brasileiros. A segregação espacial transcende a simples construção de uma moradia física. É um direito fundamental que inclui acesso à cidade, aos serviços públicos, à paisagem e ao território, garantindo a cidadania plena. No entanto, o capitalismo a transforma em um produto caro e inacessível para muitos ^{10,14}.

A habitação, além de ser um direito fundamental, pode ser um poderoso instrumento de denúncia das injustiças sociais e urbanas. A falta de acesso à moradia digna e a má distribuição do solo urbano são sintomas claros de um sistema que privilegia alguns em detrimento de outros. A superação desse cenário exige uma profunda transformação social, que envolve a redistribuição de renda, a democratização do acesso a oportunidades e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa ^{10,14}.

Tal diálogo, contribui para o relato da usuária a partir da pergunta: “A senhora sente que o motivo para morar aqui é o fator financeiro ou não?”

“Sim. É uma época que a gente não tem como comprar outra casa. Ele (o marido) ganha pouco, ganha salário mínimo pra comer, pra pagar energia, pagar a internet pra mim, pagar os remédios, por isso que eu queria conseguir esse programa do LOAS, para pagar o remédio, uma faxina, porque eu não posso fazer mais nada”. (E3)

A propriedade da terra é um privilégio restrito a poucos, devido aos altos valores dos imóveis e à falta de políticas públicas que democratizam o acesso à terra com acesso a diversos serviços. A especulação imobiliária nos centros urbanos, aliada à falta de políticas públicas eficazes, resultou na segregação espacial, com a população de menor renda sendo direcionada para as periferias e incentivadas à autoconstrução. Como consequência, a classe trabalhadora acaba vivendo em áreas distantes e segregadas, como conjuntos habitacionais populares, periferias, favelas e loteamentos irregulares ^{11,14}.

Zürcher (2016) evidencia a profunda desigualdade social presente na questão da habitação no Brasil ¹¹. A justificativa para não investir em áreas irregulares, como as favelas, esconde a dificuldade da população de baixa renda em regularizar seus terrenos. Essa invisibilidade seletiva se manifesta na intensa presença policial nessas áreas, associada à criminalização do tráfico de drogas e de seus moradores. Essa dinâmica demonstra como a questão da habitação se entrelaça com questões mais amplas de desigualdade e violência urbana. A fala da entrevistada E1, que aceitou morar próximo a estrada de ferro “Porque não tinha condições”, corrobora essa análise, revelando a precariedade das escolhas habitacionais para a população de baixa renda.

A desigualdade social e a exclusão espacial geram estigmas que dificultam a implementação de políticas públicas eficazes para as favelas e periferias. A visão negativa e estereotipada dessas comunidades impede que se invista em infraestrutura, serviços básicos e programas sociais, perpetuando um ciclo de pobreza e violência. É necessário romper com essa lógica e promover políticas públicas que valorizem a diversidade e a pluralidade das cidades, garantindo o direito à cidade para todos e promovendo a inclusão social ¹⁵.

Estigma e pertencimento

O conceito de estigmas como construção social, segundo o sociólogo Erving Goffman, está diretamente relacionado ao processo de categorização social. Para Goffman, o estigma é uma marca imposta a um indivíduo ou grupo pela sociedade, identificando-os de maneira negativa, como algo "fora do comum" ou "desviante" em relação às normas e padrões estabelecidos. Dessa forma, o estigma não apenas rotula o sujeito, mas o posiciona à margem da sociedade, destacando suas diferenças e atributos indesejados ¹⁵.

Breunig e Souza em 2018 no livro Sociologia do crime e da violência ¹⁶, trazem a ideia de Goffman, que a sociedade estabelece uma "categorização social", determinando quais características um indivíduo deve ter para ser reconhecido como parte de uma determinada categoria ou grupo. Quando um estigma é atribuído, a pessoa é reduzida a um único atributo, muitas vezes desqualificante, que anula sua complexidade e diversidade. Esse processo resulta na marginalização do indivíduo, que passa a ser percebido apenas por uma característica negativa, em detrimento de suas outras dimensões.

Durante as entrevistas, foi possível observar o estigma das pessoas que não são moradoras do trilha em relação às pessoas que residem lá, como pode ser visto nas seguintes falas de dois moradores distintos:

“Um ponto negativo é a falta de respeito por parte da polícia. Eles tratam todos como se fossem bandidos, e isso não é verdade. Há pessoas trabalhadoras aqui também.” (E2)

“Não é aquilo que às vezes as pessoas lá de fora olham e acham que é, é outra coisa. Às vezes os lá de fora são pior do que eles que estão aqui dentro.” (E4)

“Quando eu não morava aqui, eu via esse lugar com outro olhar, eu morava num bairro normal, comum. Então quando eu vim morar aqui no início eu não gostava, depois eu passei a gostar, ter convivência com as pessoas, com os vizinhos, eu passei a gostar. Mas no início, quando a gente não mora aqui a

gente vê esse lugar com outro com outro olhar, mas depois a gente faz amizade.” (E4)

A fala dos moradores mostra como o estigma e o pertencimento se conectam na experiência de viver em uma comunidade marginalizada. Em uma das falas uma moradora relatou que no início, ela via o local com preconceito, considerando-o inferior ao seu antigo bairro "normal". No entanto, ao morar lá e fazer amizade com os vizinhos, passou a ver a comunidade de outra forma. Esse processo demonstra como o pertencimento pode superar o estigma, mudando a percepção que se tem do lugar e das pessoas, e mostrando que viver e conviver com os outros ajuda a desfazer os preconceitos e criar uma identidade positiva para a comunidade ¹⁷.

David Nemer em seu livro “Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil” ¹⁸, pontua que majoritariamente as favelas, bem como demais comunidades marginalizadas, são associadas de maneira injusta “à violência, ao crime, à pobreza e à falta de ordem [...]”. Tais associações têm como fundamento o princípio de construção das favelas e comunidades periféricas pelos ex-escravos e o local na sociedade que estes ocupavam, carregando o estigma de uma população subalterna e desfavorecida social e economicamente ¹⁸.

Frequentemente, os oprimidos e a população marginalizada é alocada como um grupo homogêneo, como se todos os seus pertencentes apresentassem as mesmas características, dificuldades e aspirações. Godoi reflete sobre a homogeneização desta população sob um caráter criminoso: “não importa se o morador da periferia, denominado marginal por viver às margens da cidade, é um criminoso ou não, pois a partir do momento em que ele é morador da favela é estigmatizado como um criminoso em potencial” ¹⁹.

Tais percepções fazem com que a população pertencente às classes sociais mais favorecidas e moradores de bairros mais elitizados, percebam as comunidades periféricas e marginalizadas pelas lentes da discriminação, configurando-as como locais ruins de se viver e conviver. Dado essa lógica, poderíamos afirmar que os moradores destas comunidades apresentariam o desejo de deixá-las por um local com maior segurança e qualidade de vida. Porém, o evidenciado por uma das entrevistadas é o desejo de continuar na comunidade:

“Meus filhos falam “Não é melhor arrumar um cantinho e tirar a mãe daqui?” Não! Eu quero ficar aqui. Eu, pra mim, eu não vejo motivo pra reclamar daqui, nem coisa nenhuma.” (E1)

Da mesma forma, Nemer afirma que os participantes de sua pesquisa referem não desejar sair das favelas, pelo senso de comunidade assentado entre os moradores, com o estabelecimento de vínculos e ajuda mútua, “trabalham juntos para lidar com os problemas compartilhados, e dividem um senso de pertencimento com seus vizinhos”¹⁸.

O conceito de pertencimento surge, por sua vez, como uma resposta ou até mesmo uma reação ao processo de marginalização imposto pelo estigma. Conforme observa a antropóloga Alba Zaluar, pertencimento é um processo contínuo de reconstrução da identidade e da afirmação de um lugar dentro de um grupo social. Para os indivíduos estigmatizados, o ato de buscar ou construir um senso de pertencimento representa uma forma de resistência ao estigma, ao mesmo tempo em que lhes oferece a oportunidade de serem reconhecidos de forma autêntica, longe dos rótulos negativos que a sociedade impõe. Dessa maneira, o pertencimento não apenas fortalece a identidade pessoal, mas também cria um espaço de validação coletiva dentro do grupo, permitindo que seus membros sejam vistos em sua complexidade e diversidade²⁰.

Essa dinâmica também é abordada no livro *Cidade Alta: História, Memórias e Estigma de Favela em um Conjunto Habitacional do Rio de Janeiro*, de Mário Sérgio Ignácio Brum²¹, no qual o autor destaca como o pertencimento se configura como uma resposta à falta de investimento e segurança por parte do governo, que marginaliza essas populações. Brum aponta que, devido à ausência de políticas públicas eficazes, os moradores das comunidades se vêem forçados a se unir em torno de objetivos comuns, criando laços e resistência à exclusão social. Na obra, é relatado como as pessoas que residiam nas favelas do Rio de Janeiro se sentiram ao serem expulsas de suas casas pelo governo e realocadas em um conjunto habitacional chamado Cidade Alta.

O autor explica que os primeiros moradores da Cidade Alta foram transferidos da favela da Praia do Pinto, no Leblon, e esse processo de remoção foi visto de forma traumática, pois levou as pessoas para longe de suas casas e não ofereceu a devida assistência. "Foi uma política de estigmatização levada ao ponto de expulsar as pessoas de seus lugares de origem. Isso deixou marcas na cidade, que, junto à falta de combate às causas que fazem as favelas surgir, fez com que esses conjuntos (como a Cidade Alta) fossem lidos como novas favelas"²¹.

No contexto atual, existe uma situação semelhante à descrita por Brum, como é o caso das movimentações para a remoção de moradores do Trilho, onde circula um “boato” descrito por um morador.

“Há aquele boato que a gente precisa sair daqui, até achei que era em relação a isso, que a prefeitura está pra tirar a gente daqui, aquele movimento que está acontecendo, né?.” (E4)

“Porque querem tirar a gente daqui, igual bicho, vamos dizer. Olha, cada casinha foi comprada. O marido pagou tanto por essa casa para ele ter aqui, vamos dizer.” (E4)

Nesse contexto, a construção do pertencimento se torna uma forma de resistir à negação de sua cidadania e de afirmar, diante da sociedade e do poder público, que essas pessoas pertencem à cidade e têm o direito de ser reconhecidas e tratadas como cidadãos plenos, com o direito de permanecer nos locais onde residem.

Presença da força policial no território

A violência é caracterizada por uma relação de poder, com o objetivo de submeter ou constranger outra pessoa. No entanto, ela não é algo inato, mas sim algo construído de acordo com o contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido ²². Ao serem questionadas sobre haver violência no local duas moradoras responderam:

“A principal preocupação é com a polícia. Eu não vejo muita violência interna na comunidade. O problema é mais com a abordagem violenta da polícia, que muitas vezes entra com muita agressividade.” (E2)

“Não. É mais da policia mesmo [...], tipo de pegar usuário, os guri vão ali e sai correndo, eles pegam, às vezes mandam a gente entrar pra dentro [...], deles ali (pessoas envolvidas com o tráfico de drogas) a gente não pode reclamar entendeu? Eles praticamente protegem e a gente respeita.” (E4)

A força policial contra indivíduos e grupos, é um fenômeno persistente nas sociedades modernas, cuja manifestação varia conforme o grau de tolerância governamental e popular. É importante notar que a violência policial se relaciona com a violência estrutural, marcada pelas desigualdades sociais e raciais, mas não se limita a ela. O papel do aparato policial na manutenção da ordem social, especialmente em áreas de baixa renda, reflete o nível de controle e supervisão exercido tanto pelo governo quanto pela própria instituição policial. A ausência desses controles institucionais facilita a transformação da violência estrutural em agressão direta, gerando insegurança e legitimando abusos policiais ²³.

Assim, a violência policial em comunidades de baixa renda expõe como a criminalização de determinados grupos sociais e étnicos perpetua o ciclo de pobreza e exclusão, impactando negativamente o desenvolvimento econômico e social dessas áreas. A abordagem para combater a violência policial deve incluir investimentos na formação

das forças de segurança, maior transparência e responsabilização, além do diálogo constante entre a polícia e a comunidade, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos ²⁴.

Segundo Nemer ¹⁸, as elevadas taxas de violência nas favelas estão intimamente ligadas a padrões de autoritarismo paternalista e ao elitismo das elites política e econômica que controlam o governo. A trajetória política, por exemplo, é marcada por uma herança escravocrata, clientelista e autoritária, evidente até mesmo em operações policiais, onde o tratamento varia conforme a classe social do cidadão.

Essas definições estão em consonância com a seguinte resposta de uma das entrevistadas:

“Sim, já entraram na minha casa várias vezes, quebraram forros e fizeram uma grande bagunça. Isso já aconteceu mais de uma vez.” (E2)

Relatos de violações de direitos humanos são comuns em operações policiais. No Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2021 e 2023 foi registrado na Defensoria Pública, um aumento de denúncias de invasões domiciliares e agressões físicas durante conflitos em favelas ²⁵.

Práticas como essas só agravam a desconfiança da população em relação às forças de segurança ²⁵. O medo gerado por essa imprevisibilidade das ações policiais afeta não apenas a segurança individual dos moradores, mas também o cotidiano familiar. Algo que é visível através do relato de uma moradora que expõem:

"Sim, tenho medo. A minha filha, por exemplo, é instruída a não ficar na rua porque a polícia pode agir de forma imprevisível". (E2)

A prática adotada por essa família reflete um mecanismo de proteção adotado em comunidades periféricas, para a proteção de sua prole, de maneira que seja possível minimizar os riscos de uma abordagem hostil com as forças policiais. Segundo Cano ²⁶, essas estratégias de autoproteção são comuns em contextos onde a força policial é vista como um agente de coerção, em vez de segurança.

Em outro trecho da entrevista, uma das moradoras relata sobre a abordagem policial no território:

"Eu mudaria a forma como a polícia trata a comunidade. Gostaria que houvesse mais respeito e uma abordagem mais adequada." (E2)

A abordagem policial incomoda grande parte dos moradores, se não a maioria. De modo geral, as pessoas ou vivenciaram essa experiência, ou conhecem relatos de outros,

cujos costumam destacar o exagero da ação policial, o que contribui para a ideia de que esse procedimento é, em sua maioria, violento 27.

A violência policial no Brasil é vista como parte de um processo mais amplo de impasses na democratização da segurança pública, cuja estrutura permanece enraizada em modelos autoritários. Esse contexto perpetua a violência contra as populações mais vulneráveis, principalmente a juventude negra, pobre e periférica, configurando um "massacre" continuado, como definido pelo criminologista E. R. Zaffaroni 28.

Os relatos dos moradores dessa comunidade expõem que as práticas abusivas da polícia estão constantemente associadas à criminalização da pobreza e ao preconceito racial. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2022, mais de 6 mil pessoas foram mortas por policiais, sendo majoritariamente pessoas jovens, pretas e residentes em áreas periféricas 29.

Carência de iniciativas governamentais

As vulnerabilidades sociais podem ser entendidas como situações em que a classe trabalhadora enfrenta processos de empobrecimento, tanto em relação às dificuldades materiais que afetam sua sobrevivência, quanto a obstáculos de ordem relacional e cultural, que impactam diretamente no modo de vida dos indivíduos. Essas condições variam conforme o ciclo de vida das famílias, manifestando-se em diferentes contextos territoriais.

De acordo com Couto, Yazbek e Raichelis ³⁰, "o território é o espaço das políticas públicas, onde se materializam as manifestações da questão social, gerando tensões e criando oportunidades para seu enfrentamento." Portanto, a análise do território é essencial para compreender a vulnerabilidade social, pois é nele que se definem as condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade ³⁰⁻³².

A falta de políticas públicas em territórios vulneráveis pode agravar a situação das pessoas que vivem nessas regiões, através da impossibilidade de acesso a espaços sociais, falta de bens materiais, má distribuição de bens e serviços. Essa carência pode levar a consequências como fragilidade nas relações familiares, isolamento social dos jovens, comportamentos ilegais e/ou violência ³⁰⁻³³.

Em alguns trechos das entrevistas, pode-se observar falas que comportam tais características:

"A água e a luz estavam incluídas quando comprei a casa. Mas, no geral, a gestão dos serviços aqui é precária. A prefeitura já colocou lixeiras, mas uma delas foi queimada pela polícia." (E2)

“A gente usa gato para luz e água.” (E4)

Diante dos relatos, confirma-se que a distribuição de serviços públicos enfrenta vários desafios, especialmente em países ou regiões com grandes desigualdades sociais e geográficas. Muitas vezes, as áreas periféricas enfrentam dificuldades no acesso a serviços básicos, o que agrava as desigualdades existentes. A falta de infraestrutura, a escassez de recursos financeiros e a crescente demanda por serviços em áreas urbanas superpovoadas são alguns dos principais obstáculos para a universalização do acesso a esses serviços.

Além disso, a sustentabilidade financeira é um desafio constante, já que o financiamento dos serviços públicos depende do orçamento do governo, que pode ser afetado por crises econômicas ou pela falta de uma gestão fiscal eficiente. Em contextos de restrição orçamentária, os governos precisam encontrar maneiras de continuar fornecendo serviços de qualidade sem comprometer a saúde fiscal ³⁰⁻³³.

Outra relação governamental observada se dá dentre as características do território. Durante o reconhecimento prévio do local onde, posteriormente, foram realizadas as entrevistas, foi percebido um padrão nas construções das moradias ao redor da estrada de ferro, muitos dos moradores não cumprem a lei que delega as condições e regras de construções ao redor dos trilhos de trem. A Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979) em seu art. 4º, preconiza a obrigação de se reservar uma faixa de domínio público não edificado de 15 metros em ambos os lados do trilho ³⁴.

Ao redor do país é observado a expulsão de moradores de locais legalmente proibidos de se morar e uma forte relação desses relatos com a violência policial ³⁵. Os locais marginalizados por suas vezes denominados “favelas” são caracterizadas por essas moradias construídas em locais legalmente indevidos, inevitavelmente implicando na possibilidade da figura governamental e policial remover tanto os moradores quanto às moradias e vidas dos habitantes ali presentes ³⁶.

A constante preocupação com a polícia e com o local onde vivem podem entrelaçar a imagem das instituições governamentais ao medo de serem expulsos e removidos do território, e conseqüentemente afastando as perspectivas dos moradores de uma associação entre tais entidades e um local onde poderiam recorrer para auxílio.

Foi percebido também que de forma unânime os entrevistados ao serem indagados sobre a violência na região não estabeleceram relação entre o território, seja

vulnerabilidade em si ali presente, e a violência; mas sim a relação foi somente com a polícia e ações policiais previamente feitas ao redor da estrada de ferro, contribuindo para essa imagem do poder público como agente negativo no traçar de suas vidas no trilho, tanto de maneira violenta quanto receosa da possível remoção do local de maneira discriminativa.

Conclusão

O crescimento populacional, impulsionado pela migração e pelas desigualdades regionais, tem levado ao aumento de áreas periféricas com infraestrutura precária, concentrando populações vulneráveis. Esse cenário evidencia um afastamento urbano que agrava as desigualdades e limita a sociabilidade. A especulação imobiliária urbana, aliada à ausência de políticas eficazes, agrava o cenário, deslocando a população de baixa renda para áreas periféricas e estimulando a autoconstrução. Como resultado, a classe trabalhadora acaba vivendo em mais locais isolados, como conjuntos habitacionais populares, favelas e loteamentos irregulares. Além da habitação, envolve o direito ao acesso pleno à cidade e aos serviços públicos. Superar essas desigualdades exige redistribuição de renda, democratização de oportunidades e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Contudo, existe ainda o estigma da população que vive nas áreas vulneráveis, onde a sociedade impõe uma marca negativa a indivíduos ou grupos, classificando-os como "fora do comum" ou "desviantes" em relação às normas estabelecidas. Este rótulo não apenas identifica, mas também marginaliza, destacando diferenças e atributos considerados indesejáveis. Mas o pertencimento é uma resposta ao estigma, ele é processo contínuo de reconstrução da identidade e da afirmação de um lugar num grupo social.

Além da relação com a sociedade, a presença policial no território é tão impactante quanto em diferentes locais relatados pelo país. A falta de transparência e a tendência a uma conduta autoritária se é demonstrado no território a partir das perspectivas apresentadas. Em acréscimo, às entidades governamentais de assistência possuem dificuldade de se integrar com áreas marginais e vulneráveis como o trilho, assim a perspectiva do morador possui diferentes associações a serem feitas negativamente ao mesmo agente que se encontra responsável pela assistencialidade de população como tal.



Referências

- 1 Buss PM, Pellegrini FA. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: revista de saúde coletiva*, 107, 17, 77–93, 2007. DOI: 10.1590/S0103-73312007000100006.
- 2 Bertoletti OA. Ischemic Heart Disease and Income Level-A Thinking on Social and Structural Determinants. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 120, n. 11, p. e20240014-e20240014, 2024. DOI: 10.36660/abc.20240014.
- 3 Anson J, Bartl W, Kulczycki A. Roots and fruits of population growth and social structures: demographic and sociological vistas. *Studies in the sociology of population*. Springer, Cham, 2019. p. 1-24. DOI: 10.1007/978-3-319-94869-0_1.
- 4 Bittencourt MB, Teixeira AN. Estrutura social e dinâmica da violência: determinantes sociais dos homicídios intencionais nas microrregiões brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 40, p. e0240, 2023. DOI: [10.20947/S0102-3098a0240](https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0240).
- 5 Tavares JMS, Neto PC. Aspectos do crescimento populacional: estimativas e uso de indicadores sociodemográficos. *Formação*, v. 27, n. 50, p. 3-36, 2020. DOI: [10.33081/formacao.v27i50.5928](https://doi.org/10.33081/formacao.v27i50.5928).
- 6 Carvalho IMM. Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 270-286, 2020. DOI: [10.15448/1984-7289.2020.2.28393](https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.2.28393).
- 7 Holliday OJ. Para sistematizar experiências. 2a ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- 8 Sales, HL, Cardoso, AD, Antonini, JP. Relação centro-periferia e desenvolvimento desigual pela perspectiva da renda. Repositório UFMG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/61457/2/Rela%c3%a7%c3%a3o%20centro-periferia%20e%20desenvolvimento%20desigual%20pela%20perspectiva%20da%20renda.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- 9 Barros RP de, Henriques R, Mendonça R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev bras Ci Soc [Internet]*.15(42):123–42, 2000. DOI: 10.1590/S0102-69092000000100009.
- 10 Souza LB de, Panúncio-Pinto MP, Fiorati RC. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cad Bras Ter Ocup [Internet]*. 27(2):251–69, 2019. DOI: [10.4322/2526-8910.ctoAO1812](https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812).

- 11 Zürcher P. Pobreza, desigualdades e políticas habitacionais: direito à moradia para quem? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(95), 1-18, 2016. disponível em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20171>. Acesso em: 25 nov 2024
- 12 D'Andrea T. Contribuições para a definição dos conceitos de periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos estud CEBRAP* [Internet]. 39(1):19–36, 2020. DOI: [10.25091/S01013300202000010005](https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005).
- 13 Assis WFT. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Caderno CRH, Salvador, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/>. Acesso em: 04 fev 2025.
- 14 Vêras MPB. Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. *Rev. Bras. Soc*, 4(7):175-210, 2016. DOI: [10.20336/rbs.154](https://doi.org/10.20336/rbs.154).
- 15 Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. São Paulo: Editora, 1988.
- 16 Breunig AE, Souza V. Sociologia do crime e da violência. Editora Intersaberes, 2018. ISBN: 9788559726695, 8559726691.
- 17- D'Andrea T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Dossiê Subjetividades Periféricas*. 2020.
- 18 Nemer D. Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Milfontes, Vitória, 2021, p. 298. ISBN: 978-65-86207-88-0.
- 19 Godoi ACAM. Discriminação e violência estrutural nas periferias do Brasil - A violação dos princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Presunção de Inocência nas abordagens policiais em fundada suspeita. 2021. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3028/6/MONOGRAFIA_Discrimina%20c3%a7%20Viol%20anciaPeriferias.pdf.
- 20 Zaluar A. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 21 Brum MSI. Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Niterói, 2011.
- 22 Filho JTS, Xerfan FMF; Mello SCRP, Dusek PM. Análise da violência doméstica no ambiente da favela. *Revista Valore*, v. 5, Volta Redonda, 2020. DOI: [10.22408/reva502020337e-5013](https://doi.org/10.22408/reva502020337e-5013).

- 23 Machado EP, Noronha CV. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, n. 7, p. 188–221, jun. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2162>.
- 24 Rifiotis T. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, p. 28–41, dez. 1999.
- 25 Silva R, Costa L, Oliveira P. O impacto das operações policiais em comunidades periféricas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 19(2), 34-48.
- 26 Cano IA. Abordagem policial em contextos de vulnerabilidade social: desafios e propostas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 1, p. 25-42, 2020.
- 27 Pinc T. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1, n. 2, 2007.
- 28 Menezes RLVS. O Caso Favela Nova Brasília: rumo ao controle e à auditabilidade do uso excessivo da força policial? *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, n.6, p. 80-91, 2017.
- 29 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2023. São Paulo: FBSP.
- 30 Couto BR, Yazbek MC, Raichelis R. A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 50.
- 31 Rover OJ, Cesaro F. Representatividade de segmentos sociais mais vulneráveis em políticas de desenvolvimento regional. In: XI seminário internacional sobre desenvolvimento regional, 2023, Santa Cruz do Sul, RS. *Anais eletrônicos [...]*. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/110.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- 32 Santos PS, Facundes VLD. Vulnerabilidade social e suas implicações na qualidade de vida na adolescência: Concepções de monitores de um programa social de esporte educacional. In: XXIII CONIC, VII CONITI, IV ENIC, 2015, Recife, PE. *Anais eletrônicos [...]*. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/616030/885854/Vulnerabilidade_social_e_suas_implicacoes_na_qualidade_de_vida_na_adolencia.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

33 Semzezem P, Alves JM. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. Serviço Social Revista, Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, jul./dez. 2013.

34 Brasil. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1979.

35 Petti D. Da resistência ao poder: Governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, n. 2, p. 533–550, 15 maio 2020.

36 Freire LL. Entre ruínas e muros. Civitas: revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 1, p. e42225, 19 abr. 2023.

Artigo apresentado em dezembro de 2024
Artigo aprovado em fevereiro de 2024
Artigo publicado em março de 2025